

**INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº 07 , DE 07 DE ABRIL DE 2022.**

**Inclui dispositivos na Lei n.º 2.660, de 29 de setembro de 2011.**

**Art. 1º** Inclui o inciso IV e os §§7º e 8º no art. 2º da Lei n.º 2.660, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 2º. ...*

*IV – pedra basalto.*

*...*

*§ 7º O município poderá antecipar, excepcionalmente, o valor referente a de mão de obra, necessários para realização da pavimentação do passeio dos proprietários, desde que, comprovadamente, não possuam condições econômico-financeiras para arcar com o custo, caso em que o ressarcimento pelo proprietário ocorrerá na forma do §2º.*

*§ 8º Consideram-se sem condições econômico-financeiras, para os efeitos do §7º, os proprietários que atenderem às seguintes condições:*

*a) possuam renda bruta familiar mensal total de até 03 (três) salários mínimos;*

*b) sejam proprietários de um único imóvel.”*

**Art. 2º** Inclui o Parágrafo Único, no art. 3º, da Lei n.º 2.660, de 29 de setembro de 2011:

*“Art. 3º.*

*Parágrafo Único: Situações onde as áreas consolidadas não permitem a construção ou reforma dos passeios de acordo com legislação municipal deverão ser abrangidas com a concessão dos benefícios de que trata esta lei.”*

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Barbosa, 07 de abril de 2022.

Everson Kirch

Prefeito do Município de Carlos Barbosa, RS.



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A presente Indicação de Projeto de Lei tem como objetivo incluir incentivo para a pavimentação dos passeios que consiste no fornecimento de pedra basalto. Também possibilita que a mão-de-obra relativa a pavimentação seja custeada pelo município e posteriormente ressarcida de forma parcelada, quando os proprietários não possuam condições financeiras para tanto.

Por fim, acrescenta dispositivo para que os passeios públicos que por força de situação consolidada e posição geográfica não possam ser construídos ou reformados de acordo com as metragens estabelecidas na legislação municipal também sejam contemplados com o incentivo, o que atualmente não ocorre.

Acreditamos que tais alterações são extremamente necessárias, ainda mais neste momento em que o Município está prestes a cobrar a pavimentação de passeios, inclusive, com a imposição de multa para aqueles que não construírem.

Assim sendo, pelas razões acima expostas, contamos com o acatamento desta Indicação de Projeto de Lei.

Carlos Barbosa, 07 de abril de 2022.



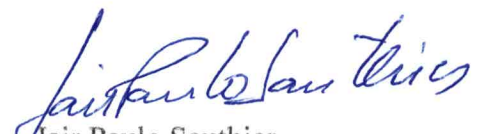
Valmor da Rocha

Vereador



Cleber Cohsul

Vereador



Jair Paulo Sauthier

Vereador